

EDITORIAL

Percorridos quase quatro anos desde sua primeira edição, a revista *Temporalidades*, iniciativa do corpo discente do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, chega ao seu oitavo número. A grande e crescente procura de autores que desejam ter seus textos publicados em nossa revista é indício de que a seriedade e o compromisso das gestões anteriores tiveram a consequência de dar à *Temporalidades* lugar de destaque entre as publicações discentes do país. Sempre com o objetivo de publicar artigos de excelência, a *Temporalidades* se propõe um espaço de diálogo e acredita no exercício intelectual e na contribuição relevante dos novos pesquisadores para a historiografia contemporânea brasileira e internacional. Com esta edição, esperamos ter dado continuidade ao trabalho dos conselhos anteriores no sentido de manter a qualidade dos textos publicados e que estes se mostrem contribuições significativas para o debate historiográfico e inspirações para novas pesquisas e desdobramentos. É ainda com especial satisfação que lançamos nesta edição o dossiê temático *História da África: historiografia e ensino*, em consonância, apoio e reconhecimento ao momento de consolidação da disciplina e das pesquisas em *História da África* no departamento de *História da UFMG*.

Além disso, no ano em que se comemora uma década desde a promulgação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira nas escolas no país, os artigos escolhidos para figurar este dossiê são também parte do movimento, impulsionado pelos desafios vindos com a lei, que deu à pesquisa em *História da África* seu devido lugar na academia brasileira. Já desvinculada dos estudos da diáspora africana e da história da escravidão, a *História da África* se firma como um campo promissor e autônomo – mas sempre em diálogo –, que carrega responsabilidades políticas extremamente importantes.

Para que este dossiê fosse possível, contamos com a ajuda e apoio fundamentais e sempre solícitos da professora Vanicléia Silva Santos, organizadora deste dossiê e professora de *História da África* do nosso departamento desde 2010. Vanicléia, junto com o Conselho Editorial, ajudou na seleção de todos os artigos que contemplam este dossiê, artigos que demonstram o esforço dos acadêmicos do país em fortalecer um campo ainda em formação e que reiteram o compromisso desses pesquisadores com pesquisas de qualidade. A

organizadora e o conselho esperam que este dossiê seja contributo para a produção acadêmica e fomentador de discussões profícuas sobre História África.

No primeiro artigo do dossiê, intitulado *Projeto A Cor da Cultura: Uma experiência de implementação da Lei 10.639/03*, os autores Aderivaldo Santana e Larissa Oliveira e Gabarra transmitem a sua experiência com a implementação da lei 10.639/03 utilizando a metodologia do Projeto A Cor da Cultura, apresentado um histórico do projeto, o material produzido, as motivações e o desenvolvimento de sua criação e, principalmente, as atividades didáticas e metodológicas utilizadas na sua aplicação. As reflexões apresentadas são, de forma indiscutível, de significativa relevância para os debates em torno da Educação das relações étnico-raciais no país, além de constituir um relevante material de divulgação sobre as experiências que vem se realizando com a implementação da lei nº 10.639/03, indicando caminhos interessantes para a prática do ensino de História nas salas de aula. Em *A formação do clero africano nativo no Império Português nos séculos XVI e XVII*, Alexandre Marcussi, doutorando em História pela USP, pesquisa a conformação do chamado "catolicismo africano" ao refletir sobre a maneira pela qual a expansão do Império Português no continente africano, até o século XVIII, esteve fortemente associada a um projeto de evangelização dos povos africanos e disseminação do catolicismo no continente.

O artigo trata de um dos instrumentos mais importantes para a realização desse projeto, a formação de padres nativos da África, analisando, de maneira pertinente, as diferentes motivações que subjaziam à ordenação desse clero africano nativo e explorando as várias estratégias empregadas pela coroa e pela Igreja para efetivar esse plano. Uma das interessantes reflexões apresentadas se refere a mostrar de que forma a diversidade de papéis atribuídos a esses sacerdotes e as maneiras de conceber sua educação refletiam os objetivos contraditórios que se esperava que cumprissem como representantes, simultaneamente, das culturas africanas e de um ideal europeu de civilidade.

Em *Questões de gênero e de raça: interrogações pós-modernas*, Cássio Bruno de Araujo Rocha, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, UFMG, promove o debate teórico entre as categorias sócio-culturais de raça e gênero. No artigo, tais conceitos têm seu percurso e significados históricos, tal qual apresentados por alguns historiadores, literatas, poetas e ativistas feministas e de movimentos negros, analisados em conjunto com o principal objetivo de trazer à luz as escolhas arbitrárias e políticas subjacentes a essas categorias

constantemente apresentadas como naturais. Já Estevam C. Thompson nos apresenta os debates mais recentes na historiografia sobre o tema da História Atlântica em O Atlântico Sul para além da miragem de um espaço homogêneo (séculos XV-XIX).

O trabalho de Felipe Augusto Barreto Rangel, *Facetas de um cristianismo africano: notas sobre as crenças mágicas do soldado Vicente de Morais (Angola, século XVIII)*, analisa formatações religiosas, desenvolvidas na região de Angola, no século XVIII e reflete sobre o movimento de chegada dos europeus na região, a catolização do reino do Congo, e sobre o caso do processo inquisitorial movido contra Vicente de Morais, um preto forro e soldado da fortaleza de Muxima, acusado de feitiçaria, em 1716. No artigo *Os “colonos” do Vale do Zambeze: Uma introdução*, por Guilherme Farrer, o autor desenvolve uma análise preliminar do contexto histórico de formação, no Vale do Zambeze, dos denominados colonos. Para tanto, Farrer buscou compreender as relações entre os mesmos e o contexto histórico em que se inseriam, valendo-se de análises que combinam conjunturas políticas, econômicas e sociais do contexto regional, antes e depois da chegada dos portugueses. O artigo de Raissa Brescia dos Reis, *Négritude em questão: das multiplicidades e conceitualizações do movimento por ocasião do Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros (1956)*, dedica-se a uma análise do Primeiro Congresso Internacional de Escritores e Artistas Negros realizado no ano de 1956 na Sorbonne, em Paris, sob os auspícios da editora Présence Africaine, tendo como ponto de partida as construções e lutas identitárias perpetradas em nome do movimento da Négritude. Por fim, este dossiê se completa com a inspiradora entrevista da professora Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, que, ao relatar um pouco da história de sua carreira, revela também o percurso da disciplina e dos estudos em História da África no Brasil. Pesquisadora renomada dos estudos africanos no país, Leila fala dos desafios e paixões de uma profissional engajada na consolidação da disciplina e na formação de novos profissionais da área.

À professora, o Conselho editorial da Temporalidades gostaria de agradecer a entrevista gentilmente concedida como abertura deste dossiê e assim render-lhe a homenagem devida. Abrindo a parte livre desta edição, o trabalho de Amanda Rodrigues de Miranda, *Família escrava no Brasil: um debate historiográfico*, dedica-se ao estudo sobre a formação de famílias de africanos escravizados e seus descendentes que viveram na colônia e no Império brasileiro, entre os séculos XVIII e XIX, utilizando como fonte os discursos contidos em alguns textos da crônica colonial e em manuais de administração de propriedades e escravos. *O Trabalhismo e o Movimento Social Negro brasileiro (1943-1958)*, artigo

de Arilson dos Santos Gomes, analisa o protagonismo político do movimento negro no contexto de redemocratização, que se segue após o período conhecido como Estado Novo.

No artigo *Um general conservador: Manuel Felizardo de Souza e Mello e a modernização do Exército nos debates no Senado e no Conselho de Estado em 1850*, Carlos Eduardo de Medeiros Gama discute a modernização e a profissionalização do exército imperial a partir das falas do senador e conselheiro de Estado Manuel Felizardo de Souza e Mello. Em *O cinema como testemunha da história: Cabra Marcado para Morrer (1984) e a preservação da memória do Brasil*, Gustavo Coura Guimarães, Doutorando em Cinema e Audiovisual pela Universidade Sorbonne Nouvelle, Paris 3, utiliza o cinema como fonte de análise de um tema caro a historiografia: a representação da memória. Para tanto, o autor investiga o processo de recriação das personagens no documentário *Cabra Marcado para Morrer (1984)*, de Eduardo Coutinho, com o objetivo de demonstrar como o cineasta reinventa o passado, manipulando o conceito de memória e suas representações sociais.

No artigo *A Guarda Nacional e o processo de construção do Estado nacional brasileiro: estudo de caso sobre os alistamentos na província da Paraíba (1831-1850)*, Lidiana Justo da Costa, utilizando documentos relativos a um contingente específico da Guarda Nacional no interior da Paraíba, apresenta-nos um estudo inédito para a historiografia daquele estado, na medida em que ao traçar os perfis dos sujeitos que compunham a Guarda, a autora constrói uma rica história social do interior do Brasil no século XIX. O artigo que se segue, *O princípio da realidade nega o revisionismo?*

O exemplo de análises revisionistas da vida e obra de frei Caneca, de autoria de Liliane Gonçalves de Souza Carrijo, propõe uma reflexão sobre o debate entre relativismo e princípio da realidade em história, tendo em vista algumas revisões historiográficas em torno do pensamento e da vida de frei Joaquim do Amor Divino Rabelo e Caneca (1779-1825), importante pensador político do período da independência do Brasil.

A autora Mariana de Moraes Silveira, em seu *Um jurista em tempos de guerras: a atuação intelectual de Haroldo Valladão nos anos 1930 e 1940, entre o “Velho” e o “Novo Mundo”*, discute, a partir da trajetória e da obra de Haroldo Valladão, importantes aspectos da atuação intelectual dos juristas no Brasil dos anos 1930 e 1940. Mariana reflete sobre o papel intelectual e político dos juristas na América Latina, tecendo pertinentes considerações sobre o diálogo entre a realidades brasileira e hispanoamericana.

O texto Imprensa, cronistas e reclames: Lima Barreto e Olavo Bilac sobre o império dos anúncios, de Radamés Vieira Nunes, analisa as crônicas de Lima Barreto e Olavo Bilac e de que maneira estes autores perceberam o processo de expansão e transformação da imprensa no início do século XX.

Em *Intelectuais, escrita e poder no México revolucionário: do combate armado à formação da nova identidade nacional*, Warley Gomes constrói uma leitura competente sobre os intelectuais no período revolucionário no México e suas relações, muitas vezes conflituosas, com o Estado.

Por fim, na transcrição comentada *Hypolita e sua luta para se manter livre dentro do escravismo no Crato (Ceará) e no Exu (Pernambuco) em 1858*, Antonia Márcia Nogueira Pedroza nos apresenta o caso da ação de liberdade de Hypolita e de seus filhos, ao qual O Araripe, em seu número 146, de 05 de junho de 1858, período de intensos debates acerca da escravidão no Brasil, foi dedicado integralmente.

Enquanto preparávamos o fechamento desta edição, fomos surpreendidos com a notícia de que a Temporalidades foi classificada, neste último triênio, no estrato B3 da avaliação QUALIS/CAPES. Dessa forma, encerramos a nossa gestão e damos as boas-vindas ao próximo Conselho Editorial muito gratos e orgulhosos em vermos recompensado o nosso trabalho e a nossa convicção de que é possível produzir uma publicação de caráter discente mantendo um alto nível de qualidade. Agradecemos aos Conselhos anteriores pela sua dedicação e empenho e pelos conhecimentos passados adiante de forma tão colaborativa. Devemos a vocês, em grande parte, esse sucesso.

Agradecemos também a todos os que enviaram suas contribuições desde os quatro cantos do país, e mesmo de outros países, e a todos os que gentilmente colaboraram avaliando essas contribuições e emitindo seus pareceres. É essa oportunidade ampliada de diálogo e produção de conhecimento que nos dá certeza da importância de continuarmos nosso trabalho. Ao novo Conselho Editorial, que toma posse após a publicação deste número, os nossos fraternos votos de muito crescimento e sucesso em sua jornada.

Deborah Gomes

Fabiana Léo

Taciana Garrido

Belo Horizonte, 25 de abril de 2013.